

Notícia do Fato nº 66.0283.0000707/2020-6**Vistos.**

Trata-se de procedimento instaurado de ofício por esta Promotoria de Justiça, eis que, ao compulsar os autos do mandado de segurança n. 1000909-80.2020.8.26.0242, em trâmite pela 1ª Vara Judicial da Comarca de Igarapava/SP, o advogado da Provedoria afastada da Santa Casa local descreveu, no tópico 3.5 da aludida petição inicial, possível irregularidade no procedimento administrativo destinado à contratação do interventor.

E, embora o referido causídico não tenha formulado qualquer representação para que o Ministério Público investigasse os fatos, por se tratar de assunto inerente às atribuições desta 2ª Promotoria de Justiça, instaurou-se este procedimento para cabal apuração da narrativa.

Instado, o Município de Igarapava prestou informações e forneceu cópia integral dos referidos procedimentos. Aduziu que, diante a peculiar situação envolvendo a Santa Casa, o Prefeito editou decreto por meio do qual houve a intervenção do Executivo no aludido hospital, baseando-se em inúmeras irregularidades constatadas pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo Departamento Municipal de Saúde. Ocorre que, por se tratar de caso excêntrico e sem qualquer outra referência na cidade, optou-se por celebrar o contrato do interventor, senhor *Marcelo Ormenezze*, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

Afirmou ainda que, após o decurso do prazo inicial da intervenção e diante da persistência dos motivos ensejadores da medida, foram editados dois outros decretos de prorrogação e celebrados novos contratos com o interventor. Asseverou que as nuances do caso concreto impedem a formalização de procedimento licitatório, especialmente pelas condições especiais de quem iria assumir o ônus e pela impossibilidade de se interromper os serviços essenciais de saúde. Informou, por fim, que foram observados todas as normas e princípios balizadores da Administração Pública.

É o relatório.

Verifica-se, *in casu*, que o arquivamento do presente procedimento é medida que se impõe, eis que, ao cabo das investigações preliminares, não restou demonstrada conduta dolosa ou culposa que pudesse ensejar ajuizamento da respectiva ação civil ou adoção de outra medida administrativa.

De fato, é cediço que a Santa Casa de Misericórdia de Igarapava está sob intervenção do Município, medida essa oriunda do Decreto n. 2157, de 23 de julho de 2019, após a constatação de diversas ilicitudes na Administração do referido hospital, e que, após o referido ato administrativo, iniciou-se verdadeira beligerância entre a Provedoria afastada, seus advogados e representantes do Conselho Municipal de Saúde, do Departamento Municipal de Saúde e do Prefeito, dentre outros.

A municipalidade não logrou efetivar o Decreto por conta própria, uma vez que houve oposição da Provedoria, ocasião em que fora ajuizada a Ação Civil Pública n. 1001390-77.2019.8.26.0242, no bojo da qual o Judiciário determinou fosse cumprido o ato normativo e concretizada a intervenção.

E, neste contexto, o Município precisou nomear o interventor para assumir a Administração da unidade hospitalar, cujo contrato inicial foi firmado em julho de 2019 com prazo de validade de 180 dias. Após, em virtude da prorrogação do ato interventivo, foram firmados outros dois contratos com o senhor *Marcelo Ormenezze*, celebrados nos meses de janeiro e julho de 2020.

Conforme se verifica, tem-se efetivamente situação peculiar neste caso, eis que, além da premente urgência na contratação, o respectivo interventor deveria reunir predicados específicos para desempenhar a função e gerir de maneira satisfatória a unidade hospitalar.

E, o fato de o Administrador ter optado por firmar o contrato com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, e, posteriormente ter celebrado outros dois contratos neste mesmo sentido, não nos parece que seja, por si só, circunstância apta a caracterizar ato de improbidade administrativa, eis que foi a maneira eleita para instrumentalizar os procedimentos e, via de consequência, as contratações.

Após percuciente análise dos autos, verifica-se, inclusive, que o percurso burocrático e jurídico realizado pelo Administrador conferiu maior publicidade e vinculação dos atos, eis que, ao formalizar os expediente como 'dispensa de licitação', foi necessário documentar todo o procedimento e posteriormente publicá-los, submetendo-o, portanto, à ampla e irrestrita verificação pelos órgãos de controle e pela população, fato este que não teria ocorrido com outras formas de contratação em tese aplicáveis ao caso, como por exemplo via Recibo de Pagamento Autônomo – RPA.

Além disso, os documentos constantes dos referidos procedimentos denotam que o interventor possui as condições pessoais e

técnicas para desempenho das funções, especialmente porque comprovou ter experiência anterior na Administração de instituições similares e, ainda, ter integrado a Mesa Administrativa da própria Santa Casa local, de modo a evidenciar o seu conhecimento específico acerca das peculiaridades da instituição.

No mesmo sentido, não há indícios de quaisquer violações aos princípios basilares da Administração Pública, sendo que a respectiva remuneração paga ao interventor demonstra, a princípio, ser condizente com as funções e, assim, razoável e proporcional.

Neste contexto, emerge-se cristalino que não há resquícios de motivação escusa, espúria ou fraudulenta na conduta do gestor, ainda que se possa afirmar tenha ele e sua equipe interpretado de maneira equivocada a legislação.

Neste ponto, é pacífica a jurisprudência no sentido de que, para a constatação de ato de improbidade administrativa, é necessário verificar a existência de dolo ou má-fé e de efetivo prejuízo aos cofres públicos.

A respeito do assunto, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que: *para que se reconheça a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos artigos 9º e 11 (AgRg no AREsp 210066/MG, relator o Ministro Herman Benjamin, DJe de 30/10/14).*

Sobre o tema, o então Ministro Teori Albino Zavascki assentou que *não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de*

improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, nas do artigo 10 (AIA 30/AM, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Corte Especial, dje 28/09/2011).

Aliás, a Lei de improbidade deve punir o gestor desonesto e não o gestor inábil - Tanto a doutrina quanto a jurisprudência do C. STJ associam a improbidade administrativa à noção de desonestidade do agente público, o que não restou caracterizado no caso em tela (TJ-SP - AC: 1000439-21.2017.8.26.0059, Relator: Leonel Costa, Data de Julgamento: 16/10/2019, 8ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 17/10/2019).

E, ainda:

APELAÇÃO. Ação civil por atos de improbidade administrativa. Município de Barretos. Prefeito Municipal. Admissão de pessoal sem a realização de concurso público, por meio de processos seletivos simplificados. Contratações consideradas irregulares pelo TCE. Sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido. Manutenção [...] Inicial de ação civil pública que foi consubstanciada exclusivamente em parecer do e. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo [...] Negado provimento ao recurso (TJSP: Apelação Cível 1011322-69.2018.8.26.0066; Relator: Oswaldo Luiz Palu; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Barretos - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/08/2020).

E, nos termos da súmula n. 33 deste E. CSMP:

HOMOLOGA-SE o arquivamento de procedimentos que tenham por objeto apurar irregularidades meramente formais praticadas no âmbito da Administração Pública, caso não existam indícios de que tais falhas, por ação ou omissão, tenham sido meios para a prática de ato de improbidade administrativa.

Dessa maneira, não havendo elementos de convicção que denote eventual conduta dolosa ou culposa que pudesse ensejar o prosseguimento das investigações, o arquivamento da presente é medida imperativa.

Destarte, entende esta Promotoria de Justiça que não há razões que justifiquem o prosseguimento do presente, pelo que promovo seu **ARQUIVAMENTO**, determinando-se a remessa dos presentes autos ao **Egrégio Conselho Superior do Ministério Público**, com as nossas homenagens e para apreciação nos moldes das Súmulas nº 12, 50 e 62 daquele Egrégio Colegiado.

Registre-se, oportunamente, no SIS-MP-INTEGRADO.

Igarapava, 31 de agosto de 2020.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Adriano Vanderlei Mellega

PROMOTOR DE JUSTIÇA

VOTO

Procedimento autuado para apurar eventuais irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Igarapava. Notícia de problemas em dispensa de licitação realizada para contratação de interventor para a Santa Casa de Misericórdia. Diligências realizadas. Edição do Decreto n. 2157, de 23 de julho de 2019, após a constatação de diversas ilicitudes na Administração do referido hospital. Municipalidade não logrou efetivar o Decreto por conta própria, uma vez que houve oposição da Provedoria, ocasião em que fora ajuizada a Ação Civil Pública nº 1001390-77.2019.8.26.0242, no bojo da qual o Judiciário determinou fosse cumprido o ato normativo e concretizada a intervenção. Necessidade de nomeação de interventor para assumir a Administração da unidade hospitalar, cujo contrato inicial foi firmado em julho de 2019 com prazo de validade de 180 dias. Após, em virtude da prorrogação do ato interventivo, foram firmados outros dois contratos com o senhor Marcelo Ormeneze, celebrados nos meses de janeiro e julho de 2020. Situação peculiar neste caso, eis que, além da premente urgência na contratação, o respectivo interventor deveria reunir predicados específicos para desempenhar a função e gerir de maneira satisfatória a unidade hospitalar. Fato de o Administrador ter optado por firmar o contrato com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, e, posteriormente ter celebrado outros dois contratos neste mesmo sentido, que, por si só, não acarreta em circunstância apta a caracterizar ato de improbidade administrativa. Percurso burocrático e jurídico realizado pelo Administrador conferiu maior publicidade e vinculação dos atos. Interventor possui as condições pessoais e técnicas para desempenho das funções. Ausência de indícios de quaisquer violações aos princípios basilares da Administração Pública, sendo que a respectiva remuneração paga ao interventor demonstra, a princípio, ser condizente com as funções e, assim, razoável e proporcional. Inexistência de resquícios de motivação escusa, espúria ou fraudulenta na conduta do gestor. Contexto fático-probatório que não evidenciou o cometimento da prática de ato de improbidade administrativa que justifique propositura de ação civil pública. Suficiência das medidas adotadas. Aplicação da Súmula 66 deste E. Conselho Superior. Promoção de arquivamento mantida por seus próprios fundamentos. HOMOLOGAÇÃO, sem prejuízo da possibilidade de reabertura das investigações na hipótese de novos elementos.



Documento assinado eletronicamente por **VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR**, **Conselheiro - CSMP**, em 22/09/2020, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **1218810** e o código CRC **FC5D056E**.

Número MP: 66.0283.0000707/2020-6

Vol.(s) 1

Ap.(s) 0

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPAVA

Área: PATRIMÔNIO PÚBLICO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e
IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA e AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES
/ PROIBIÇÕES

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA/SP

Resultado do Julgamento:

HOMOLOGADA A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

DELIBERAÇÃO

Em reunião virtual realizada no dia 29/09/2020, o procedimento em epígrafe foi submetido a julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, por sua turma 2ª Turma de julgamento (integrada pelos Doutores ANTONIO CARLOS FERNANDES NERY, OSCAR MELLIM FILHO, TIAGO CINTRA ZARIF e VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR), obtendo-se o resultado que vai acima especificado, por unanimidade, acolhido o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a) Doutor(a) VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR, que fica fazendo parte integrante desta deliberação.

Providencie-se como de praxe.

São Paulo, 29 de Setembro de 2020.



JOSE CARLOS COSENZO
Conselheiro/Secretário

CERTIDÃO

Certifico que, tendo recebido os autos na mesma data acima mencionada, providenciei, em cumprimento ao r. despacho supra, a publicação do edital respectivo (Diário Oficial do dia 01/10/2020). São Paulo, 01/10/2020.



Rosa Akemi Shiratori Tanaka, OFICIAL DE PROMOTORIA

TERMO DE REMESSA

Aos 14/10/2020, em cumprimento ao r. despacho supra, faço a remessa destes autos à PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPAVA.



Rosa Akemi Shiratori Tanaka, OFICIAL DE PROMOTORIA